

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ TRECHO OESTE**  
2 **(SECRETARIADA) - POR VIDEOCONFERÊNCIA** – No dia 06/01/2026 (seis de janeiro de  
3 dois mil de vinte e seis), terça-feira ao 14h, reuniram-se os membros do Subcomitê Oeste  
4 com os seguintes pontos de pautas: **1) Pontos de monitoramento; 2) Homologação do**  
5 **calendário reuniões 2026; 3) Planilha de Presença 2025 (retorno notificações**  
6 **enviadas)**. A reunião foi iniciada às 14h07 com quórum de segunda chamada. Sobre o  
7 **ponto de pauta 2: Homologação do calendário reuniões 2026**, Jorge Antônio Silva -  
8 SENGE apresentou a proposta de calendário para 2026, sendo as quatro reuniões ordinárias  
9 nos dias: 29/01 (vinte e nove de janeiro), 14/05 (quatorze de maio), 14/09 (quatorze de  
10 setembro) e 30/11 (trinta de novembro) às 13h. Jacqueline Guerreiro - Trama Ecológica  
11 questionou se as reuniões foram presenciais, ao que Jorge Antônio Silva confirmou. Carolina  
12 Marinho- late Club Rio de Janeiro se pronunciou informando que não poderá participar  
13 presencialmente da reunião de janeiro, pois fará uma cirurgia. Após ampla discussão, o  
14 grupo sugeriu aprovar as duas primeiras datas e aprovar na reunião seguinte as duas últimas  
15 datas. Em seguida, Jorge Antônio Silva abriu para apreciação. Não havendo objeções, as  
16 datas dos dias 29/01 (vinte e nove de janeiro) e 14/05 (quatorze de maio) foram aprovadas  
17 por unanimidade. Rejany Ferreira sugeriu decidir o local da data da primeira reunião. Após  
18 ampla discussão, foram propostos dois locais: Duque de Caxias e SENGE. Jaqueline  
19 Guerreiro solicitou a palavra para fazer declaração de voto. Manifestou preocupação com a  
20 questão da representação de Duque de Caxias, destacando que questões internas do  
21 município de Duque de Caxias. Em seguida, Jaqueline Guerreiro solicitou que o município  
22 de Duque de Caxias garanta que haverá condições adequadas para a realização de reunião  
23 no local, especialmente no que diz respeito à segurança física, emocional e política dos  
24 participantes. Mencionou preocupação com eventual presença do senhor Gilvoneick,  
25 relatando episódio anterior em que, segundo afirmou, a reunião teria sido prejudicada, e  
26 observando que possivelmente houve divulgação prévia do encontro. Registrou ainda que  
27 foram observadas manifestações de cordialidade de alguns integrantes do subcomitê em  
28 relação ao referido senhor, o que aumentou sua apreensão. Licínio Machado solicitou que  
29 constasse em ata que a FAM-Rio apoia a fala de Jacqueline Guerreiro. Após votação, o  
30 local Duque de Caxias foi aprovado com 14 votos favoráveis, 9 votos contrários e 3  
31 abstenções. Frederico Castro afirmou que disponibilizará o espaço e a infraestrutura,  
32 solicitando que as necessidades sejam previamente alinhadas com a organização. Quanto  
33 à eventual restrição de acesso de pessoas específicas, esclareceu que seria necessário  
34 avaliar o contexto, verificar se há consenso do subcomitê e considerar as limitações de se  
35 tratar de um espaço universitário, público e aberto. No momento, não pode garantir a  
36 proibição de acesso, comprometendo-se a analisar a situação caso a demanda seja  
37 formalizada. José Paulo Azevedo - UFRJ destacou que a reunião é pública e que eventuais  
38 excessos de comportamento devem ser tratados pela coordenação com base no pacto de  
39 convivência, podendo haver advertência e, se necessário, convite para retirada. Mauro  
40 Pereira - Defensores do Planeta informou que o voto foi em Duque de Caxias para que haja



41 rotatividade dos locais presenciais das reuniões e manifestou sua preocupação em relação  
42 à presença de Gilvoneick. Humberto manifestou seu voto a Duque de Caxias e ressaltou sua  
43 preocupação em relação à presença de agressores. Seguindo para o **ponto de pauta 3:**  
44 **Planilha de Presença 2025 (retorno notificações enviadas)**, Jorge Antônio Silva solicitou  
45 que Tânia Sousa - AGEVAP conduzisse a pauta. Esta informou que, após o envio das  
46 notificações, duas instituições apresentaram justificativas pelas faltas: ONG-BR e ICMBio.  
47 Esclareceu que a decisão sobre o aceite dessas justificativas caberá à coordenação e  
48 poderá impactar a definição entre titularidade e suplência na composição. Jacqueline  
49 Guerreiro questionou sobre prazo regimental para envio de justificativas, ao que Tânia Sousa  
50 esclareceu que o regimento interno não estabelece período específico. Jorge Antônio Silva  
51 informou que, após conversa com a ONG-BR, a entidade concordou em assumir a suplência,  
52 sendo o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos Difusos, Coletivos e dos Consumidores  
53 (IBDC) a instituição titular. Em seguida, Morvan Nobre perguntou sobre a ordem de  
54 suplência, já que o SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de  
55 Janeiro) constaria como primeiro suplente, ao que foi informado que a instituição também foi  
56 contemplada, mas em substituição a outra entidade. José Paulo Azevedo questionou se  
57 havia instituições que faltaram sem ofício. Tânia Sousa informou que sim e que projetaria  
58 todas as instituições. Seguiu esclarecendo que a composição está organizada por segmento,  
59 poder público, usuários de recursos hídricos e sociedade civil, e que as alterações ocorreram  
60 dentro de cada segmento. As instituições que passaram à suplência tiveram suas vagas  
61 automaticamente ocupadas pelas suplentes correspondentes, respeitando a ordem  
62 apresentada. No caso do ICMBio, assumiria a FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do  
63 Estado do RJ) como titular, reforçando que a instituição, agora suplente, está passando por  
64 um momento de transição, sendo a justificativa para o não comparecimento às reuniões.  
65 Luciana Falcão perguntou sobre a ordem da suplência, ao que Tânia Sousa respondeu que  
66 o titular que virou suplente ocupa a última vaga da suplência. José Paulo Azevedo pontuou  
67 que quem foi rebaixado para suplente não pode se tornar titular no mesmo mandato. Em  
68 seguida, Jorge Antônio Silva colocou para deliberação as substituições apresentadas -  
69 passando a ocupar as suplências as seguintes instituições: Empresa de Assistência Técnica  
70 e Extensão Rural – EMATER, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -  
71 ICMBio/Rebio do Tinguá, Secretaria Municipal do Ambiente e Clima – SMAC, Secretaria  
72 Municipal de Meio Ambiente do Município de Petrópolis; Colônia de Pescadores Z13, Centro  
73 Ecumênico de Formação e Educação Comunitária – PROFEC, Instituto de Desenvolvimento  
74 Socioambiental e Humano – OngBR. Passando a ocupar as titularidades as seguintes  
75 instituições: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Secretaria Municipal de Obras e  
76 Defesa Civil, Prefeitura Município de Nova Iguaçu, Prefeitura de Mesquita – Procon,  
77 Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ; Companhia Estadual de  
78 Águas e Esgotos – CEDAE; Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de  
79 Janeiro – SEAERJ, Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos Difusos, Coletivos e dos  
80 Consumidores (IBDC). Não havendo objeções para as alterações apresentadas. Seguindo



81 para o **ponto de pauta 1: Pontos de monitoramento**, Jorge Antônio Silva passou a palavra  
82 para Daniel Bicalho Hoefle para que conduzisse a presente pauta. Daniel Bicalho Hoefle  
83 informou que na última deliberação 49 pontos foram escolhidos, mas este número deve ser  
84 reduzido para 30, sem nenhum parâmetro adicional, de acordo com a definição da AGEVAP.  
85 Sugeriu manter 22 dos 23 pontos no contrato vigente, retirando apenas o O19, próximo a  
86 Deodoro. Daniel Hoefle apontou outros 8 pontos com potenciais para completar os 30: Rio  
87 Sarapuí, na Ponteira de Mesquita; Rio da Prata, em Belford Roxo; Rio das Velhas, na  
88 fronteira de Belford Roxo e Nova Iguaçu; Rio Pilar, em Caxias; Canal Farias, afluente do Rio  
89 Estrela; Rio Taquara, na fronteira de Magé e do Caxias; Rio Taquara, em Caxias; Caiobá  
90 Mirim, em Magé. Os demais pontos sinalizados em vermelho na projeção não seriam  
91 contemplados no momento. Micheline Marcon perguntou qual o critério utilizado na escolha,  
92 ao que Daniel Hoefle respondeu que o primeiro critério foi a utilização de embarcação,  
93 conforme orientação da AGEVAP, o segundo critério foi utilizar pontos que vieram da própria  
94 AGEVAP com maior visibilidade na coleta. José Avelar pediu que seja definido e aprovado  
95 um prazo para uma chamada voltada à Baixada Fluminense, destacando que a região não  
96 foi contemplada e enfrenta falta de monitoramento. Solicitou que os coordenadores  
97 estabeleçam uma data e formalizem a deliberação ao final da reunião, manifestando-se  
98 contrário à realização de nova oficina sobre o tema. Daniel Bicalho Hoefle explicou que todos  
99 os 8 novos pontos estão na Baixada Fluminense. Morvan Nobre questionou a supressão de  
100 um dos pontos O18 ou O19, por serem próximos à Estação de Deodoro, ponderando que,  
101 caso representem montante e jusante, seria relevante manter ambos para avaliar o impacto  
102 da estação no rio. Daniel Hoefle reconheceu a pertinência da observação, mas explicou que,  
103 por critério de prioridade e proximidade, foi mantido apenas o ponto a jusante. Humberto  
104 Garcia solicitou esclarecimento sobre se o ato da AGEVAP é impositivo ou se há  
105 possibilidade de ajuste na decisão. Daniel Bicalho Hoefle informou que é uma limitação  
106 advinda da PAAD. Roberto Ricardo informou que o ponto 21 no canal do Maxambomba está  
107 sendo canalizado. Gustavo Giehl questionou se a possibilidade de termo aditivo ao contrato  
108 de monitoramento, com acréscimo de até 25% conforme a legislação, já está formalmente  
109 definida pelo comitê e pela AGEVAP ou se trata apenas de uma intenção. Daniel Hoefle  
110 esclareceu que o termo aditivo é, no momento, apenas uma tentativa futura, sendo o primeiro  
111 passo garantir a previsão orçamentária da PAAD para 2027. Gustavo Giehl propôs que o  
112 termo aditivo fosse ponto de pauta para a reunião do dia 29/01/2026. Rejany Ferreira  
113 ressaltou que não é uma decisão da diretoria, mas do comitê na plenária, e limitada por  
114 questões orçamentárias. Gustavo Ferreira solicitou esclarecimento sobre os pontos de  
115 monitoramento no Rio Sarapuí, ao que Daniel Bicalho Hoefle mostrou os pontos. Frederico  
116 Ayres Pinheiro destacou que há previsão de R\$1,3 milhões na PAAD para 2026 destinados  
117 à renovação do contrato de monitoramento quali-quantitativo, abrangendo os pontos  
118 indicados em amarelo e verde. Questionou se os pontos marcados em vermelho poderiam  
119 ser incluídos por meio de termo aditivo. Daniel Bicalho Hoefle explicou que a inclusão via  
120 aditivo é possível dentro do limite legal de 25%, desde que se restrinja aos parâmetros já



121 previstos em contrato e não envolva embarcação, mas que não necessariamente toda a  
122 verba seria destinada ao Oeste. Micheline Marcon questionou se os pontos indicados em  
123 vermelho já estariam previamente definidos para inclusão futura, caso haja disponibilidade  
124 financeira em 2027, ou se ainda poderiam sofrer alterações. Daniel Bicalho Hoefle informou  
125 que ajustes ainda podem ser feitos, se necessário. Micheline Marcon perguntou ainda se há  
126 recursos no PAAD para desenvolvimento de projetos, inclusive com pescadores ou  
127 universidades, utilizando embarcações, para realizar monitoramento semelhante. Daniel  
128 Bicalho Hoefle explicou que universidades não possuem autorização do Inmetro para os  
129 parâmetros da Resolução CONAMA 357, o que tornaria os resultados inconclusivos para  
130 fins legais. Destacou que há outros projetos com universidades, como a Fiocruz, voltados a  
131 parâmetros não contemplados na Resolução 357. Para parâmetros como metais pesados,  
132 ressaltou a importância de laboratórios creditados, garantindo validade técnica e legal dos  
133 resultados. Micheline Marcon questionou como seria feita a seleção caso haja recurso  
134 apenas para parte dos pontos em vermelho. Daniel Bicalho Hoefle respondeu que, nesse  
135 caso, seria necessário retomar a discussão e priorizar os pontos. José Paulo Azevedo  
136 esclareceu que a divisão de recursos entre os subcomitês (30% oeste, 30% leste e 10%  
137 Lagunares) não obriga a aplicação proporcional idêntica em todos os temas, alertando para  
138 distorções quando se tenta manter percentuais rígidos. Defendeu que o subcomitê Oeste  
139 exerça autonomia para alocar seus 30% conforme as prioridades locais, especialmente  
140 diante da demanda por ampliação do monitoramento, podendo realocar recursos entre áreas  
141 como saneamento e infraestrutura verde. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT)  
142 de monitoramento do oeste, com participação dos três segmentos, para aprofundar  
143 discussões técnicas que hoje acabam ocupando as reuniões ordinárias. Propôs incluir na  
144 próxima pauta a deliberação para criação deste GT. Também mencionou a possibilidade de  
145 integrar monitoramento e drenagem em um único GT, considerando os investimentos  
146 expressivos previstos, da ordem de R\$400 milhões em Duque de Caxias e Belford Roxo.  
147 Ressaltou a importância de articular informações de monitoramento já existentes,  
148 independentemente dos recursos do Comitê, sugerindo integrar dados do INEA e de  
149 empreendimentos licenciados, por meio de cooperação institucional. José Avelar lembrou  
150 que, no início das discussões na Baixada Oeste, a principal preocupação estava relacionada  
151 ao período de cheias e às intervenções previstas na bacia do Iguazu, destacando que os  
152 parâmetros de DQO (mede a quantidade total de oxigênio necessária para oxidar tanto a  
153 matéria orgânica quanto os compostos inorgânicos. ) e DBO (mede a quantidade de oxigênio  
154 que os microrganismos precisam para decompor essa matéria orgânica) são fundamentais,  
155 mas questionou se haveria ampliação de parâmetros em outros pontos de monitoramento,  
156 ao que Daniel Bicalho Hoefle respondeu negativamente, José Avelar ponderou que reduzir  
157 a análise apenas a DBO e DQO durante o período crítico poderia expor a população a riscos  
158 desconhecidos, já que não seriam monitorados possíveis contaminantes decorrentes das  
159 obras e da remobilização de sedimentos. Ressaltou a importância de um monitoramento  
160 preventivo que permita à Defesa Civil e aos municípios alertar a população em caso de risco.



161 E afirmou que não há previsão orçamentária para inclusão de novos parâmetros neste  
162 momento, apesar de reconhecer a relevância da preocupação levantada. Roberto Ricardo  
163 fez esclarecimento técnico, afirmando que DBO é, sim, um parâmetro relacionado à saúde  
164 humana, ainda que de forma indireta, pois indica consumo de oxigênio dissolvido no  
165 ecossistema e está associado à presença de matéria orgânica, ao que Daniel Bicalho Hoefle  
166 destacou que os agentes patogênicos são indicados principalmente pelos coliformes, que já  
167 estão sendo monitorados, assim como a DBO. José Avelar ponderou que, em situações de  
168 enchente, a ausência de monitoramento mais amplo limita a capacidade de avaliação dos  
169 riscos à população, uma vez que faltam referências adicionais para análise da  
170 vulnerabilidade. Após ampla discussão, José Avelar solicitou que a empresa Oceannus  
171 exponha em reunião os resultados dos monitoramentos realizados. Jorge Antônio Silva  
172 solicitou que fosse enviado a ele por e-mail todos os pontos de pauta sugeridos. Após ampla  
173 discussão, Jorge Antônio Silva abriu para votação sobre a aprovação dos pontos sugeridos,  
174 os pontos foram aprovados. A reunião foi encerrada às 16h32. **Encaminhamentos:** 1. Enviar  
175 datas para 3ª e 4ª ROs (considerar quinta-feira); 2. Atualizar composição e planilha de  
176 presença com as instituições homologadas; 3. Enviar comunicado para as novas Instituições  
177 titulares; 4. Ponto de pauta para o dia 29/01/2026 – debater sobre o termo aditivo para o  
178 Monitoramento (Coordenação/ Daniel Hoefle); 5. Agendar reunião com a empresa de  
179 Monitoramento para apresentar resultados (Coordenação/ Daniel Hoefle); 6. Para próxima  
180 reunião debater visita aos pontos de instalação de Biodigestores junto com a equipe de  
181 comunicação (Coordenação). **Participantes - Poder Público:** Fundação Instituto de Pesca  
182 do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ - Micheline Leite Marcon Ferreira; Conselho Regional  
183 de Biologia – CRBio 2ª REGIÃO - Alexandre Buzzani Pacheco de Meirelles; Fundação Rio  
184 Águas - Daniel Bicalho Hoefle; Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA – Márcio Costa;  
185 Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil – Roberto Ricardo da Silva Moura; Secretaria de  
186 Estado de Ambiente e Sustentabilidade – SEAS – Humberto Saito; Prefeitura Municipal de  
187 Duque de Caxias – Secretaria Municipal de Obras e Defesa Civil – Frederico Nana de Castro;  
188 Prefeitura Município de Nova Iguaçu - Frederico Ayres Pinheiro. **Usuários de Recursos**  
189 **Hídricos:** Iate Clube do Rio de Janeiro – Maria Carolina Marinho; Associação Homens do  
190 Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR – Alexandre Anderson/Edilene Oliveira; Associação  
191 de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé – ACAMM – Rafael Santos; Sindicato  
192 dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro -  
193 SINDPESCA-RJ – Daize Menezes; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Guia de  
194 Pacobaíba – ALPAGP – Michel Theophilo; Colônia de Pescadores Z11 – Álvaro Coelho;  
195 Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga – APELT – Délcio Almeida; Águas do Rio  
196 4 - Gabrielle Duarte Pereira; Águas do Rio 1 - Vítor Hugo de Oliveira Andrade; **Sociedade**  
197 **Civil:** Escola Politécnica/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - José Paulo  
198 Azevedo; Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo,  
199 Democrático e Sustentável – REDECCAP – Rejany Ferreira; Ecocidade – Leandro  
200 Travassos; Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE-RJ – Jorge



201 Antônio; Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM  
202 Rio – Licínio Rogério; Trama Ecológica – Jacqueline Guerreiro; Defensores do Planeta –  
203 Mauro Pereira; Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro –  
204 SEAERJ – Morvan Nobre; Universidade Iguazu – UNIG – Gisele Pires; Associação de  
205 Moradores e Amigos Viva Cosme Velho – Viva Cosme Velho; Movimento Baía Viva – Sérgio  
206 Ricardo. **Ausências justificadas:** Instituto Brasileiro de Direito Ambiental – IBDA; Fórum  
207 Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC; Instituto de  
208 Desenvolvimento Socioambiental e Humano – OngBR.

209

210

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2026

211

212

Jorge Antônio

213

Maria Carolina Marinho

214

Márcio Costa

215

**Coordenação Colegiada Subcomitê Oeste**

